

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal.

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 164/2014

“DISPOE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ADOLESCENTES APRENDIZES, PELAS EMPRESAS VENCEDORAS DE LICITAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA NOS TERMOS EM QUE ESPECIFICA.”

A Câmara Municipal de São João da Boa Vista, APROVA:

Art. 1º. Os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta exigirão nas contratações com empresas vencedoras de licitação pública para prestações de serviços ou execução de obras, cujos objetos sejam compatíveis com o processo de aprendizagem e profissionalização de adolescentes, nos termos das Leis Federais nº. 8.069/90 e 10.097/00, a contratação de adolescentes, de acordo com o estabelecido nesta lei.

§ 1º - O número de adolescentes a serem admitidos pelas empresas vencedoras das licitações deverá ser equivalente a, no mínimo, 5% (cinco por cento) do pessoal alocado para o cumprimento de cada contrato, além do previsto na Lei Federal nº. 10.097/00, com suas alterações.

§ 2º - Em qualquer hipótese, deverá ser garantida a contratação de, pelo menos, 2 (dois) adolescentes por contrato, nos termos do caput deste artigo.

§ 3º - Será observada como critérios para a seleção dos adolescentes a proximidade de sua residência como local onde será prestado o serviço, bem como a garantia de sua permanência escolar, sendo o acesso e período compatíveis entre a jornada de trabalho e a escolar;

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social em conjunto com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente serão responsáveis pelo cadastramento das famílias, pela seleção dos candidatos as vagas, a partir da indicação dos programas setoriais de Órgãos ou entidades executoras de Políticas Públicas de Proteção, Garantia de Direitos e de Aprendizagem.

Parágrafo Único - As entidades de que trata este artigo, bem como seus programas inscritos, deverão estar devidamente registradas na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João da Boa Vista - CMDCA, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICATIVA

Trata-se de inclusão social através do trabalho e de aprendizado, obtendo qualificação e renda, que pode ajudar a família, além de propiciar o início de uma carreira promissora. Com estas atividades, afastaremos os jovens das ruas e da ociosidade doméstica, que muitas vezes levam ao crime.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 09 de maio de 2.014.

JOSÉ EDUARDO DOS REIS
VEREADOR